

Dívida patrulhada

Com ou sem conversão de parcelas da dívida brasileira em capital de risco, o impasse da moratória explícita (que ensaia transformar-se em moratória camuflada) só estará rompido quando o Brasil conseguir reestruturar a dívida a longo prazo, com o competente refinanciamento do seu serviço. É bobagem apostar numa solução mágica, entendida como solução política. Vamos ter de pagar o que estamos devendo, com ou sem o monitoramento do FMI. Internamente, no aqui e no agora do vasto imbroglio, estamos pagando a dívida externa nos custos sociais do arrocho salarial, da insolvência pública, da degradação da qualidade de vida que já era mais que sofrível para três brasileiros em cada cinco.

O reingresso do Brasil na UTI do FMI? Qual é a diferença? Será que o arrocho salarial, gatilho da recessão patogênica, vai ficar ainda mais insano?

Quem é quem

A reestruturação da dívida brasileira, necessariamente a longo prazo (porque esse negócio de acordo provisório é simples conta de chegar de fim de ano para a política de balanço do sistema bancário), vai ter de passar por uma negociação penosa e arrastada, e isso só acontecerá, na avaliação dos bancos credores, quando o Brasil colocar na mesa um programa econômico "consistente" e um interlocutor politicamente confiável. Por enquanto, não temos nem uma coisa nem outra. A economia brasileira lembra um velho navio a vapor parado em alto mar por falta de combustível. Para continuar navegando, o barco já está queimando o madeirame, os móveis, o próprio casco.

Quem é quem na negociação que mal começou? O governo Sarney, desde a tarde do dia 15, está com a vela na mão e o padre na cabeceira. E não há como confiar na sobrevivência política do ministro Bresser Pereira. Ou rasgando o verbo: dá para confiar na assinatura brasileira, onde os contratos são jurados por pessoas e não por governo? A Autolatina que a diga.

Saída para todos

Se a comunidade financeira, vulgo "banca internacional", reluta em negociar a reestruturação da dívida, por falta de

garantias políticas (por cima da discussão escapista de prazos, juros e spreads), o negócio é investigar a possibilidade de uma solução multilateral.

Essa possibilidade existe e nas duas pontas: a ponta dos credores e a ponta dos devedores. A sugestão é da "Carta do Ibrel", que traduz a opinião consensual dos economistas que integram o quadro permanente do Instituto Brasileiro de Economia da FGV. Na edição de agosto, em "Conjuntura Econômica", o alto comando intelectual da FGV propõe a criação de uma agência de refinanciamento para todas as dívidas do Terceiro Mundo. Essa idéia já tem livre trânsito no Governo e no Congresso dos Estados Unidos e vem sendo desenvolvida, com entusiasmo, por alemães e japoneses.

Curiosamente, os países endividados não se animam a agitar a proposta. Resvala-se, no caso, para o complexo secular: o que é bom para os credores não deve ser bom para os devedores...

Controle social

Na ponta dos endividados, a criação de uma agência internacional de refinanciamento (que nada tem a ver com o papel hoje desempenhado pelo FMI, que não é banco) teria de contar com a contrapartida de duas atitudes inovadoras: 1) a aceitação de um fundo de amortização, na linha do Plano Baker, administrado não pela Casa Branca, mas pelo Banco Mundial; 2) a intervenção do Congresso no processo da negociação da dívida (e da contratação de novos créditos) como forma de legitimar os compromissos externos com o competente aval da sociedade.

A segunda atitude encaixa-se no controle social dos mecanismos e dos propósitos do endividamento externo. Uma dívida bem contratada, na cobertura de projetos bem priorizados e bem executados, evita desvios e desperdícios que dão aqui dentro um desfalecimento bem maior que o da extorsão dos juros de mercado lá fora. Os custos a fundo perdido da dívida que foi enterrada na Ferrovia do Aço ou no socorro de orçamentos de custeio invisíveis e perdulários são maiores que a recarga dos spreads bancários.